

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

II Curso de Exensão em Economia Brasileira:

* A Reestruturação competitiva *

O PLANO ECONÔMICO-POLÍTICO FCH
E AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS

Luiz A. M. Filgueiras

Salvador, out-dez. 1994

Fac. Ciências Ec., UFBa.
Biblioteca
N.º 123456



APRESENTAÇÃO

O texto que ora apresentamos, de autoria do Professor Luiz A. M. Filgueiras, é o primeiro de uma série que acompanhará todas as palestras do II Curso de Extensão em Economia Brasileira: "A Reestruturação Competitiva".

O programa prevê não só a distribuição de textos escritos anteriormente pelos próprios palestrantes, como também a produção de textos novos, especialmente para o curso, além da transcrição das gravações das palestras. Prevê ainda o lançamento de um caderno contendo os trabalhos dos alunos do I Curso, onde foram tratados os "Temas Econômicos da Revisão Constitucional", durante o primeiro semestre de 1994.

Cada palestrante indicou pelo menos um texto de sua própria autoria, com vários objetivos. O primeiro objetivo é ajudar o aluno a compreender melhor o conteúdo de cada palestra e as questões levantadas. O segundo visa complementar e aprofundar as informações que estão sendo passadas. O terceiro é para dar conhecimento de outros títulos bibliográficos, sempre que forem referidos no final de cada texto. O quarto é divulgar a produção científica dos professores-pesquisadores da UFBA e, por último, incentivar a produção de novos textos científicos.

Luiz A. M. Filgueiras, autor deste primeiro texto, é Professor Adjunto do Departamento de Economia Aplicada, Coordenador do Colegiado de Economia e membro do NEC, Núcleo de Estudos Conjunturais, onde se discutem, semanalmente, as principais questões relacionadas com a conjuntura econômica brasileira e sua inserção no cenário internacional.

O principal mérito do texto está em ter sido escrito ainda em março, apontando uma antevisão do projeto político do então Ministro da Fazenda, hoje candidato eleito à Presidência da República. Acreditamos que a eficácia de uma análise, cuja força tem origem nos seus pressupostos metodológicos, está no acerto das suas previsões.

"O Plano Econômico-Político FHC e as Eleições Presidenciais" foi originariamente publicado no jornal da APUB e, posteriormente, nos Cadernos do CEAS, em julho. Luiz Filgueiras escreveu também sobre a questão salarial no Plano Real, ainda inédito, que deverá também ser distribuído nesta série.

Luiz Filgueiras participa, juntamente com Antônio Henrique Silveira, do módulo sobre "Políticas de Estabilização". A esses dois colegas apresentamos os nossos agradecimentos, extensivos à Direção da FCEUFBA, ao Setor de Extensão, aos Departamentos de Economia, ao Curso de Mestrado em Economia e ao NEC, onde tudo começou.

Vitor de Athayde Couto

O PLANO ECONÔMICO-POLÍTICO FHC E AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS

Autor: Luiz A. M. Filgueiras
Data: 30/03/1994

No Brasil, desde o último trimestre do ano passado, a disputa entre as diversas forças político-sociais passou a ter por objeto central a sucessão presidencial. Os principais fatos da conjuntura que expressam essa circunstância política, e que só podem ser devidamente compreendidos no interior da mesma, são a revisão constitucional e o plano "econômico" de Fernando Henrique Cardoso.

Deixando de lado a análise da revisão constitucional, tendo em vista o seu patente fracasso, o presente texto trata do Plano FHC, destacando o seu caráter essencialmente político; o que implica, necessariamente, levar em consideração a sua lógica econômica interna e como a mesma se articula com o seu objetivo maior de eleger o ex-ministro da Fazenda.

Até antes de Fernando Henrique Cardoso assumir o Ministério da Fazenda, o dilema do grande capital e das forças políticas conservadoras no Brasil se constituía na busca de uma "3ª via" para a sucessão presidencial, uma vez que os dois candidatos em mais evidência e com maiores chances de ganhar não lhes eram convenientes. Lula, por motivos óbvios e Maluf, por eles acharem que não se constituiria em consenso entre os diversos segmentos do empresariado e, o que era mais importante, provavelmente não conseguiria sobrepujar o primeiro, uma vez que a polarização das posições que daí adviria explicitaria de forma clara e evidente a natureza dos dois campos em disputa, favorecendo desta feita, ao contrário de 1989, às forças progressistas, isto é, a Lula.

A solução desse dilema começou a se desenhar, para os observadores políticos mais atentos, com a entrada de FHC no Ministério da Fazenda e, posteriormente, consolidou-se, tomando forma definitiva, com o anúncio e a implementação do plano "econômico". O ator é perfeito para o papel a ser representado: intelectual respeitado, inclusive internacionalmente - apesar de ter solicitado ao empresariado que esquecesse tudo o que havia escrito antes de assumir o Ministério da Fazenda -; militante histórico contra a ditadura, desde os tempos do antigo MDB; e, apresenta, tal como Lula, um elemento fundamental na atual conjuntura: um currículo limpo no que se refere à corrupção, gatunagens, etc.

O plano econômico tem uma importância crucial para a estratégia eleitoral conservadora. Embora com as características mencionadas acima, o nome de FHC não possui, evidentemente, a mesma penetração popular do nome de Lula, entre outros motivos por não estar associado, para a grande massa da população, a qualquer fato ou evento específico marcante. O cargo no Ministério da Fazenda - na função quase de primeiro ministro -, com exposição diária nos

meios de comunicação do país, e a responsabilidade por um plano "econômico" que venha acabar com aquilo que é considerado pelo senso comum como o principal mal da nação, qual seja, a inflação, se constituem nos instrumentos fundamentais que viabilizam a chamada "3ª via".

Na realidade, a essa altura, FHC passou a ser a "2ª via", com a desistência de Maluf provocada por pressões oriundas do meio empresarial e pela crescente adesão desse segmento social, inclusive de sua parcela malufista, à candidatura do ex-ministro - como a única possível de derrotar Lula. É verdade que existem outras candidaturas, em especial, a de Quéricia. No entanto, está cada vez mais claro, em particular com a aliança político-eleitoral do PSDB com o PFL, que FHC é o candidato preferencial do grande capital e das forças político-sociais conservadoras do país. A esperança de Quéricia é de que possa demonstrar, com o controle que possui da máquina partidária do PMDB, a sua viabilidade eleitoral, fazendo crer ao grande capital que a sua candidatura se constitui, de fato, na única capaz de derrotar Lula. Esta possibilidade, no entanto, torna-se cada vez mais difícil.

O principal elemento que articula a lógica econômica do plano com o seu objetivo político fundamental, isto é, impedir que Lula chegue à Presidência, com a eleição de FHC, é o tempo, no sentido literalmente cronológico. Isto compreende tanto o momento do anúncio do plano - final do ano passado -, quanto o processo de implementação do mesmo, culminando com a criação do Real como a nova moeda do país. É a adaptação do tempo econômico ao tempo político-eleitoral que explica, por exemplo, a demora de FHC em adotar uma política de combate à inflação, imediatamente após a sua posse no Ministério da Fazenda. A consequência disso foi a inflação ter pulado de 27% para 43% entre o momento de sua entrada e o de sua saída desse Ministério. O mesmo se pode dizer da criação da URV e da data de sua adoção.

O Plano FHC, anunciado e posto em prática desde o final do ano passado, se constitui de três partes, que representam três fases distintas e sucessivas ao longo do tempo: o ajuste fiscal, a criação da URV e a instituição de uma nova moeda (o Real). A compreensão da função econômica de cada uma dessas fases, bem como dos momentos de passagem de uma à outra, é fundamental para se entender a lógica interna do conjunto do plano e como o mesmo se articula com o projeto político-eleitoral conservador.

Antes, contudo, é importante observar que, originariamente, a revisão constitucional, através da efetivação de reformas de caráter neoliberal na organização do Estado - visando, sobretudo, a quebra dos monopólios estatais -, se constituía em elemento essencial para que resultado final do plano fosse positivo. No entanto, hoje, com o fracasso do processo revisor, essas reformas passaram a fazer parte do discurso do candidato FHC, na qualidade de 4ª etapa do plano.

O ajuste fiscal diz respeito à necessidade, reconhecida por todos os economistas, de se reestruturar a situação financeira e orçamentária do Estado. A natureza regressiva do plano, do ponto de vista social, já aparece nesta primeira fase, quando o pagamento da dívida externa e interna é considerado como "questão de honra", embora signifique nada menos do que 80% do montante global do orçamento da União. São essas dívidas, principalmente a interna no momento atual, que inviabilizam o equilíbrio das contas governamentais. Os títulos da dívida interna vencem em geral a cada 28 dias, obrigando o governo a fazer a rolagem da mesma diariamente e, o que é pior, com taxas de juros elevadíssimas. Nos países desenvolvidos, só para se ter uma referência, títulos deste tipo vencem em até 30 anos.

Desse modo, fica evidente que o problema fundamental que impede o equilíbrio das contas governamentais é de ordem estritamente financeira, e não decorrente dos gastos correntes com educação, saúde, moradia, etc, como o próprio grande capital e as forças políticas conservadoras já reconhecem, embora não admitam fazer qualquer espécie de concessão nesta área. A própria origem e velocidade de crescimento da dívida interna não podem ser creditadas aos gastos correntes, mas sim à obrigação, ao longo da década passada, de se pagar os juros da dívida externa.

No entanto, ao se recusar a fazer o alongamento compulsório dos títulos da dívida interna, restou ao plano FHC cortar nos 20% restantes do orçamento, isto é, diminuir os gastos com educação, saúde, etc. Adicionalmente, criou um novo imposto (IPMF) e, para custear o Fundo Social de Emergência - instrumento político/fisiológico/eleitoral nas mãos do governo -, aumentou em 5% as alíquotas de todos os tributos federais. Outras medidas foram a renegociação das dívidas dos estados e municípios com a União - como se fosse possível resolver a questão da falência financeira do Estado transferindo o problema da União para os estados e municípios - e a proibição de emissão de títulos públicos para criar dívida nova. Todavia, coerentemente com a postura conservadora, permite-se a criação de novos papéis para rolar a dívida já existente. Apesar disso, duvida-se ainda, mesmo entre economistas conservadores, que o governo consiga realizar o ajuste fiscal - condição essencial para que as outras fases do plano possam ser implementadas com sucesso e a inflação não reapareça na nova moeda.

Essa fase inicial do plano, que busca o equilíbrio orçamentário do Estado, se constitui naquilo que os economistas chamam de "âncora fiscal" de qualquer plano de estabilização. A política fiscal austera garante à sociedade, e aos agentes econômicos relevantes, que o governo não emitirá moeda e nem títulos públicos para financiar suas operações.

A segunda fase do plano, que ora assistimos, iniciou-se em 1º de março com a criação da URV e termina quando da sua extinção e a criação do Real. A URV é um índice de inflação, como muitos outros existentes na economia brasileira, controlado a partir do cálculo

Fac. Ciências Eco. / UFPA.

Biblioteca

Seção Mestrado

da média aritmética de três outros índices: o IGP-M da Fundação Getúlio Vargas, o IPCA do IBGE e o IPC da FIPE/USP. A escolha desses índices se deve ao fato de que a evolução passada observada nessa média se aproxima da evolução histórica do câmbio, ou seja, o objetivo é amarrar a URV ao dólar, preparando-se desde agora a chamada "âncora cambial" da nova moeda, que se explicitará integralmente na última fase do plano. No entanto, esse novo índice cumpre uma função econômico-política crucial para a lógica interna do plano e a sua articulação com o objetivo político-eleitoral.

Do ponto de vista estritamente econômico, a URV tem por função alinhar os preços relativos, inclusive os salários, de tal modo que quando for criada a nova moeda (Real) a mesma não seja contaminada pela inflação passada embutida na velha moeda. O processo, idealmente, é o seguinte: primeiro os salários são convertidos em URV - a partir do cálculo da média dos salários reais pagos, respectivamente, nos meses de novembro, dezembro, janeiro e fevereiro. O salário real de cada um desses meses, por sua vez, é calculado dividindo-se o respectivo salário nominal pela valor da URV do último dia do mês em questão. É essa passagem do salário de cruzeiro para URV que dá origem à discussão sobre a existência ou não de perdas para os trabalhadores: questão esta que está tratada no final deste texto.

O passo seguinte do processo é a passagem de todos os preços e contratos para a URV. Contudo, essa passagem não é compulsória, pelo menos até a permanência da URV, isto é, antes da criação do Real. Espera-se portanto, que essa passagem se dê paulatinamente, mas de forma espontânea e/ou induzida através da fixação dos preços, tarifas e contratos públicos em URV. Quando quase toda a economia estiver operando com base em URV esta se transformará na nova moeda, o Real. Neste momento, quase todos os preços relativos da economia estarão alinhados, isto é, não haverá pressão para qualquer modificação na posição relativa dos diversos agentes econômicos, garantindo-se assim, que a inflação existente em cruzeiros não venha a contaminar a nova moeda. Em resumo, a questão é a seguinte: como todos os preços e salários estarão em URV, a subida dos mesmos em cruzeiros não alterará os seus valores relativos, ou seja, a inflação se caracterizará, essencialmente, pelo seu componente inercial. Tomando por suposto que realmente o ajuste fiscal tenha sido feito e que o conflito distributivo esteja neutralizado, pelo menos momentaneamente, cria-se a nova moeda sem o perigo de embutir pressões inflacionárias residuais originadas do cruzeiro.

Por outro lado, do ponto de vista político-eleitoral, a URV mantém, durante a sua vigência, o poder aquisitivo dos salários relativamente constantes. Apesar dos preços em cruzeiros subirem, em ritmo até mais acelerado do que antes da criação da URV, os salários subirão no mesmo percentual da inflação do mês trabalhado. Portanto, o salário real do trabalhador ao final de cada mês ou no início do mês subsequente, dependendo da data de recebimento de cada categoria, será sempre o mesmo, isto é, igual

ao salário real referente a 1º de março - data em que os salários foram convertidos em URV. Se, além disso, a conversão dos salários para URV não implicou, de fato, em novas perdas quando comparada com a continuação da política salarial anterior, ou mesmo, como no caso dos funcionários públicos, veio diminuir as perdas que estes trabalhadores teriam com a permanência da situação anterior, a função político-eleitoral da URV se reafirma de forma integral. Esta questão, conforme já observado, está tratada no final deste texto, tendo por referência a política salarial do funcionalismo público federal.

Com a criação do Real inicia-se a 3ª fase do plano, com a queda abrupta da inflação para índices próximos a zero. Quanto mais alinhados estiverem os preços na fase precedente, isto é, quanto mais a URV estiver generalizada para o conjunto da economia, menores serão as pressões inflacionárias residuais da velha moeda e, portanto, mais próxima de zero ficará a inflação nos primeiros meses de existência do real. A existência de inflação em URV, que ora assistimos, é indicativo de que os preços relativos não se encontram alinhados e que, portanto, o Real terá uma inflação, imediatamente após a sua criação, semelhante. Isto significa, que do ponto de vista estritamente econômico, do combate à inflação, o real só deveria ser criado quando se tivesse certeza do alinhamento dos preços relativos, isto é, quando a inflação em URV estivesse próxima a zero.

No entanto, a criação do real não deverá seguir estritamente a lógica econômica de combate à inflação. A adoção dessa nova moeda dois ou três meses antes das eleições, independentemente da certeza do ajuste fiscal e da inexistência de inflação em URV, completa o objetivo político-eleitoral do plano FHC. Neste momento, provavelmente 1º de julho, a inflação despenca e, mesmo que haja pressões inflacionárias derivadas da velha moeda, os índices só voltarão a subir para níveis significativos depois das eleições presidenciais.

Nos dois ou três meses antes das eleições o governo deverá implementar uma política monetária mais restritiva ainda que a atual, elevando as taxas reais de juros para desestimular a demanda, tanto pelo lado dos investimentos como pelo lado do consumo. A taxa de câmbio deverá permanecer fixa, pelo menos até as eleições, e a regra de emissão do real deverá se apoiar, pelo menos parcialmente, nas reservas de divisas e ouro do Banco Central. Todas essas iniciativas tendo por objetivo manter os preços constantes. O cenário mais provável é o de desaquecimento das atividades produtivas, e até mesmo de uma nova recessão, a depender do rigor do "aperto" fiscal e monetário.

Nesta última fase do plano evidencia-se a natureza específica da "dolarização" proposta para a economia brasileira. Apesar de amarrar a nova moeda - regra de emissão e paridade cambial fixa - ao dólar, o governo não garantirá, ao contrário do que ocorre na Argentina, a conversibilidade entre as duas moedas. Entre outros motivos porque a condição essencial para essa conversibilidade não

existe na economia brasileira: o total das reservas em poder do Banco Central gira em torno, atualmente, de 35 bilhões de dólares, enquanto o montante total em cruzeiros reais dos ativos financeiros existentes está calculado, aproximadamente, em 120 bilhões de dólares. No entanto, tal como na Argentina, essa "âncora cambial" tenderá a trazer dificuldades para as exportações brasileiras, em virtude da continuação da inflação na nova moeda, mesmo que as taxas sejam muito pequenas. Em suma, haverá a tendência à sobrevalorização do Real, tornando os produtos estrangeiros mais baratos em relação aos produtos nacionais, que perderão competitividade internacional. Com isso, surgirá o problema do desequilíbrio do balanço comercial e, com êle, a diminuição das reservas do Banco Central - caso não haja entrada de capital estrangeiro no país de modo a compensá-lo.

De qualquer forma, a candidatura de FHC chegará às eleições de 3 de outubro na seguinte circunstância: a inflação em Real próxima a zero e o poder aquisitivo dos salários praticamente constante, desde a introdução da URV. Os possíveis problemas apontados não surgirão imediatamente após a passagem para o Real e, assim, o plano aparecerá para a grande massa da população como tendo dado "certo". No entanto, o retorno da aceleração da inflação após às eleições é praticamente certo, conforme a experiência demonstrada por todos os outros planos já implementados, dos quais o Plano Cruzado é o maior exemplo, inclusive porque também foi utilizado com objetivo político-eleitoral. Diga-se de passagem, vale a pena lembrar, a equipe de FHC que elaborou o plano é, fundamentalmente, a mesma que elaborou o Plano Cruzado.

A tendência de retorno da inflação estará dada não apenas pelo ressurgimento do conflito distributivo, mas também pela continuada desestruturação das finanças do Estado, em particular, o crescimento da sua dívida interna empurrada pela política de juros altos. A partir deste momento as perdas salariais voltarão a ocorrer de forma acelerada, uma vez que os salários já não mais estarão indexados e os reajustes só poderão ocorrer nas respectivas datas bases das diversas categorias de trabalhadores. Mas aí o plano já terá cumprido o seu objetivo fundamental, que é de natureza política, isto é, ajudar o grande capital e as forças político-sociais conservadoras a derrotarem Lula. Se, de fato, conseguirem o seu intento só o futuro poderá dizer; no entanto, os jogadores e a dinâmica do jogo, do ponto de vista das classes dominantes, estão claramente definidos: FHC é o candidato do grande capital e do campo conservador e o seu plano "econômico" é a peça fundamental de sua candidatura.

Se a análise acima está, no essencial, correta, a melhor forma das forças sociais progressistas combaterem a estratégia do campo conservador, evitando mais este estelionato eleitoral, não pode ser atacar, exatamente, o elemento do plano que não prejudica os trabalhadores, qual seja, a passagem dos salários para URV e a utilização da mesma como indexador dos salários. A adoção dessa estratégia advém de uma concepção equivocada acerca das perdas salariais e, principalmente, da falta de compreensão do conjunto

do plano FHC e da maneira como o mesmo se articula com a candidatura do seu responsável.

Tomando por referência a política salarial do funcionalismo público, em vigor até a criação da URV, é fácil demonstrar que a passagem dos salários para URV não implicou numa piora da situação para os trabalhadores; ao contrário, as perdas com a continuação da antiga política seriam maiores do que a desconsideração da inflação dos meses de janeiro e fevereiro levada a cabo quando da conversão dos salários para URV.

Se levarmos em consideração que a inflação acumulada de jan/fev foi de aproximadamente 95,89%, medida pelo IRMS, os funcionários públicos federais deveriam ter no dia 1º de março, pela antiga política salarial, um reajuste de 47,95%, correspondente a 50% da inflação do bimestre. Este reajuste, a ser pago no início de abril - portanto, com os salários já perdendo também a inflação integral do mês de março, além de 50% da inflação do bimestre -, elevaria um salário, por exemplo, de 1.000.000 de cruzeiros referente ao mês de fevereiro para 1.479.500 referente ao mês de março. Em contrapartida, com a URV, o mesmo salário inicial teve um reajuste no início de abril, também referente ao mês de março, que o elevou para 1.501.500. Isto se deve ao fato de que o salário considerado para a transformação em URV, no caso dos funcionários públicos, foi o salário referente ao mês de fevereiro, uma vez que a média do salário real, em URV, dos meses de nov/dez/jan/fev ficou abaixo do salário nominal do mês de fevereiro em cruzeiros. Pois bem, o salário de 1.000.000 de cruzeiros de fevereiro teve um abono de 5% no seu valor antes de sua transformação em URV, o que o elevou para 1.050.000. Posteriormente, com a variação da URV em 43% no mês de março ele atingiu o valor mencionado acima.

Se fizermos o mesmo raciocínio para o salário do mês de abril, pela política salarial anterior o trabalhador receberia o mesmo valor do mês de março, ou seja, 1.479.500. Por contraste, pela URV esse trabalhador receberá 2.147.145 cruzeiros, se se considerar uma variação de 43% na URV no mês de abril. Se continuarmos a fazer essa mesma análise até o final de 1994, considerando-se por hipótese uma inflação mensal medida em URV de 43%, chega-se à conclusão que o salário referente ao mês de dezembro teria uma perda em relação ao salário de 1º de janeiro de quase 70%, no caso da continuação da antiga política salarial, e de 47% no caso da URV - se esta fosse mantida até o final do ano, o que, conforme já foi visto, não faz parte dos planos do governo.

Em suma, a conclusão é uma só: embora continue a ter perdas, mesmo reajustando o seu salário mensalmente de acordo com a inflação do mês de referência de recebimento, o trabalhador melhorou a sua situação com a passagem para a URV. A única exceção a essa regra foram os trabalhadores do setor privado do grupo "C", que tinham data base no mês de março, quando foi criada a URV. Nesse caso, a passagem para URV foi desvantajosa, uma vez que impediu um reajuste salarial que "zeraria" a inflação do bimestre anterior. Entre esses trabalhadores se encontram categorias importantes,

como os metalúrgicos, que foram à greve contra as perdas, negociando diretamente com os patrões. Em todos os outros grupos do setor privado, "A", "B" e "D", a situação dos trabalhadores melhorou ou manteve-se constante. E no caso dos funcionários públicos federais, mais do que os trabalhadores do setor privado, a melhora de posição é evidente. Basta mencionar que os reajustes eram bimensais e, em momento algum, "zeravam" a inflação passada.

O equívoco de se achar que a situação piorou após a passagem para a URV se deve a duas circunstâncias. A primeira é a de não se considerar, como elemento fundamental para avaliação das perdas, a política salarial anterior, e sim uma política salarial idealmente perfeita que evitasse completamente qualquer tipo de perda salarial e que, obviamente, não é possível de existir numa economia capitalista inflacionária. É óbvio que a busca dessa política é um direito do trabalhador e uma obrigação das lideranças sindicais, em todos os momentos. No entanto, não podemos escamotear que a passagem para a URV, embora esta não seja uma política salarial oficial, se aproxima mais dessa política ideal do que a política salarial anterior. Nessa perspectiva, dizer que ainda continuarão existindo perdas é dizer o óbvio, é dizer que enquanto existir inflação os salários correrão atrás dos preços, com alguma defasagem temporal. E, o que é mais importante, é desconsiderar completamente o lance político do governo que, queiramos ou não, implicou, e vai continuar implicando até às eleições de 3 de outubro, numa melhor situação de poder aquisitivo para os trabalhadores, quando comparada à política salarial anterior. Esse lance, como já vimos anteriormente, cumpre uma função perfeitamente definida na estratégia eleitoral conservadora, e não será desconsiderando-o que as forças progressistas conseguirão anulá-lo politicamente.

A segunda circunstância, que leva ao mesmo equívoco, é considerar que a passagem do salário para URV com base no salário real médio do período anterior leva, necessariamente, a perdas. Numa economia inflacionária, um trabalhador que tenha reajuste salarial de quatro em quatro meses, e cujo salário real seja em cada um dos meses, respectivamente, 10, 8, 6 e 4 tem como salário real médio 7. Para ele, nessa economia inflacionária, o seu poder aquisitivo estaria acima da média nos dois primeiros meses do quadrimestre e abaixo da média nos dois meses subsequentes. Alternativamente, numa economia sem inflação, um salário nominal de 7 corresponderia a um salário real de 7, em todos os quatro meses considerados. Portanto, as duas situações representam, no interior de um mesmo quadrimestre, um mesmo nível de poder aquisitivo, pois ambas possibilitam um gasto real total de 28. Isto não significa dizer, contudo, que se deva considerar como aceitável a atual distribuição de renda do país e, muito menos, o nível dos salários reais existentes. Apenas se está afirmando que a passagem de uma situação para outra não implica, necessariamente, numa piora do poder aquisitivo dos trabalhadores.

A experiência dos outros planos demonstra que a questão fundamental, no que se refere às perdas salariais, não reside na

conversão em si dos salários para a nova moeda. O problema essencial é que, depois da conversão, a inflação volta a subir, sem que os salários tenham mais qualquer política de reajuste. A consequência é que, na nova situação, o salário real médio da situação anterior passa a ser o salário real de pico e, portanto, com a aceleração da inflação, tem-se um novo salário real médio bem mais baixo do que quando foi feita a conversão. Contudo, no atual plano, diferentemente dos anteriores, os preços não vieram juntos com os salários para a nova moeda. Portanto, enquanto a atual situação perdurar, isto é, os salários continuarem a ser reajustados mensalmente pela URV, e a maioria dos preços continuarem em cruzeiros, o poder aquisitivo dos trabalhadores estará relativamente protegido. O problema aparecerá, de fato, quando da substituição da URV pelo Real, com a criação da nova moeda. Aí sim, as perdas salariais começarão a acontecer, por menor que seja a inflação de cada mês, uma vez que os salários não mais terão qualquer regra de reajuste.

Essa duas razões, que explicam o equívoco de se achar que a situação piorou após a passagem para a URV, se apoiam numa razão de natureza mais geral, que é a dificuldade de visualizar o plano FHC no seu conjunto. O discurso hegemônico, no interior do movimento sindical, acaba por reduzir o plano à URV. Ao se realizar essa operação reducionista, a única forma de combate ao plano se resume ao ataque à URV e a tudo que a ela se relacione, em especial, a conversão dos salários.

A conclusão de toda a análise até aqui feita aponta para o caráter eleitoreiro do plano FHC, para a evidência de que as duas fases do mesmo que são prejudiciais aos trabalhadores são o ajuste fiscal e a criação do real, e, por fim, para a dificuldade de se buscar, por parte das forças progressistas, uma resposta adequada, que denuncie de forma clara e objetiva o intuito político-eleitoral do plano e que resguarde o poder aquisitivo dos salários. A alegação de supostas perdas salariais, por parte do movimento sindical em geral, e do funcionalismo público em particular, expressa essa dificuldade, decorrente de uma concepção política simplista e maniqueísta e que não conseguiu ainda entender toda a complexidade do plano e a forma de sua articulação com a estratégia política-eleitoral implementada pelo campo político conservador.

O caminho político a ser trilhado, pelo movimento sindical e as forças político-partidárias do campo progressista, aliadas da candidatura de Lula, não pode ser no atual momento uma luta econômica e corporativa, em busca de supostas perdas salariais provocadas pela conversão dos salários para a URV. A resposta à estratégia conservadora deve ser a criação de um amplo e forte movimento social, que unifique todos os trabalhadores, do setor público e do setor privado, no sentido de que o Congresso venha a promover determinadas alterações na medida provisória que instituiu as duas últimas fases do plano. A busca dessas modificações, através das mais variadas formas de mobilização, será, por si só, um instrumento poderosíssimo de denúncia do caráter eleitoreiro do plano. Por outro lado, se as modificações

conseguirem ser feitas, além de se impedir concretamente o cronograma da estratégia eleitoral conservadora, também se conseguirá proteger mais os salários contra a futura inflação que aparecerá na nova moeda.

As alterações essenciais a serem conseguidas são as seguintes: um gatilho salarial que passará a reajustar os salários na nova moeda, sempre que a inflação atingir um certo patamar em Real; conversão dos preços para o Real pela média aritmética dos mesmos em URV nos meses de setembro, outubro, novembro e dezembro do ano passado; reconsideração da conversão dos salários em URV das categorias de trabalhadores que compõem o grupo "C" da antiga política salarial do setor privado; crescimento do salário mínimo real para 100 dólares até o final do ano; e, o mais importante, definir que a passagem da URV para o Real só possa se dar após as eleições, em particular sob a administração do novo presidente eleito a 3 de outubro. Com essa última modificação, em particular, inviabiliza-se em boa medida o objetivo eleitoreiro do plano, protege-se o poder aquisitivo dos salários e aumenta-se a possibilidade de combate efetivo da inflação, não só porque dá um maior prazo para que os preços relativos se alinhem, como também pelo fato da nova moeda vir a ser criada num quadro político mais definido, no qual um novo governo, legitimado pelas urnas, terá maiores condições e credibilidade política para administrá-la - inclusive com a adoção de novas medidas, particularmente no campo das finanças públicas.

A dificuldade para se organizar esse movimento social e alcançar as modificações propostas é tão grande quanto conseguir, na atual conjuntura, um reajuste para os funcionários públicos, de forma separada dos trabalhadores do setor privado, da ordem de 105%, tal como pretende a greve decretada recentemente por tempo indeterminado. No entanto, a vantagem dessa proposta alternativa, aqui apresentada, é patente: além de ultrapassar os limites da reivindicação estritamente corporativa e ampliar o combate ao plano para o conjunto dos trabalhadores, vai na direção certa de evitar perdas salariais futuras, acumular forças e fortalecer a candidatura do campo social progressista.

